

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.355 - RJ (2019/0277091-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
RECORRIDO : **PAULO CESAR DANTAS DA MOTA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 300/301):

APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ARTIGO 147 DO CÓDIGO PENAL. RECURSO DEFENSIVO OBJETIVANDO A ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO SOB ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS E, SUBSIDIARIAMENTE, A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PELA PENA ISOLADA DE MULTA, A REDUÇÃO DO QUANTUM DE EXASPERAÇÃO DA PENA INTERMEDIÁRIA À FRAÇÃO DE 1/6, O AFASTAMENTO DA IMPOSIÇÃO AO APELANTE DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPO REFLEXIVO, BEM COMO A ISENÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS.

1. Pedido absolutório que se afasta. Materialidade e autoria do delito de ameaça que estão positivadas pelo Registro de Ocorrência com a declaração da vítima prestada na delegacia e confirmada em Juízo, sob o crivo do contraditório. Palavra da vítima que se mostra apta à comprovação da ameaça sofrida por meio telefônico. Correto, portanto, o juízo de reprovação.

2. Embora vedada a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, a fixação da pena autônoma de multa, in casu, não esbarra na vedação expressa prevista no art. 17 da Lei nº 11.340/06, integrando o preceito secundário do tipo do art. 147 do Código Penal.

3. No que tange à dosimetria, observa-se que a sentença fixou pena-base mínima, mas a elevou ao dobro em razão da causa de aumento de pena prevista no art. 61, II, "f", do Código Penal, acréscimo este que se mostra excessivo e carente de qualquer justificativa, impondo-se, assim, a redução do quantum de exasperação da pena intermediária à fração de 1/6.

Superior Tribunal de Justiça

4. *Afastada a pena privativa de liberdade e a concessão do sursis, exclui-se por consequência a imposição ao apelante da obrigação estabelecida conjuntamente à suspensão condicional da pena de participar de grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica.*

5. *A condenação ao pagamento de custas é consequência da sucumbência e independe da situação econômica do réu, devendo ser eventual isenção de custas perseguida perante o juízo da execução (Verbete Sumular 74 de Justiça).*

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 320/334), alega a parte recorrente violação do artigo 17 da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Sustenta, em síntese, a impossibilidade de aplicação de pena de multa, de forma isolada, nas hipóteses de crimes praticados contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, sob o argumento de que a Lei Maria da Penha, incidente na espécie, veda a imposição de penalidades que se limitem ao pagamento de numerário (e-STJ fl. 328).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 367/373), e admitido o recurso pela Corte *a quo* (e-STJ fls. 341/343), manifestou-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo parcial provimento do recurso, consoante parecer assim ementado (e-STJ fls. 356/360):

RECURSO ESPECIAL. CRIME DE AMEAÇA EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ART. 147, DO CP, NA FORMA DA LEI Nº 11.340/2006).

PLEITO MINISTERIAL DE AFASTAMENTO DA PENA DE MULTA APLICADA DE FORMA ISOLADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. OBSERVÂNCIA AO ART. 17 DA LEI MARIA DA PENHA. PRECEDENTES.

PLEITO MINISTERIAL DE FIXAÇÃO DA PENA EM 1 (UM) MÊS E 10 (DEZ) DIAS DE DETENÇÃO. ALTERAÇÃO DA FRAÇÃO DE AGRAVANTE GENÉRICA PELA CORTE LOCAL DEFINIÇÃO DA PENA EM 1 (UM) MÊS E 5 (CINCO) DIAS DE DETENÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

PARECER PELO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO, PARA ESTABELECERA PENA EM 1 (UM) MÊS E 5 (CINCO) DIAS DE DETENÇÃO, MANTIDOS OS DEMAIS TERMOS DA CONDENAÇÃO.

É o relatório. **Decido.**

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

Acerca da matéria, o Tribunal de origem assim se manifestou para dar parcial provimento ao apelo defensivo, aplicando isoladamente a pena de multa ao réu condenado por crime praticado no contexto da Lei n. 11.340/2006 (e-STJ fl. 305):

[...]

Em outro ponto, a r. sentença concedeu ao acusado suspensão condicional da pena, com a obrigação de comparecer a grupo reflexivo. Nada obstante, pretende o recorrente a fixação somente da pena de multa, sob a tese de que o preceito secundário do art. 147 do Código Penal prevê a possibilidade de aplicação autônoma da pena de multa, no que lhe assiste razão.

Não se olvida que a Lei 11.340/2006, em seu artigo 17, vedou, expressamente, a aplicação isolada aos réus de penas de prestação pecuniária e multa, verbis:

[...]

Entretanto, embora vedada a substituição da pena privativa de liberdade, a fixação da pena autônoma de multa não esbarra, in casu, na vedação expressa prevista no art. 17 da Lei n° 11.340/06, vez que integra o preceito secundário do tipo em comento (art. 147 do Código Penal), que prevê a aplicação de pena de detenção ou de multa. In casu, trata-se de acusado à época primário e de bons antecedentes, consoante FAC adunada aos autos (e-doc. 187), não se divisando razão para imposição de sanção de natureza prisional, mais gravosa, sequer justificada na sentença a opção pela pena privativa de liberdade, quando prevista no tipo penal a possibilidade de imposição somente de pena pecuniária.

[...].

Superior Tribunal de Justiça

Ocorre que o entendimento adotado pela Corte *a quo* se encontra em dissonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que é firme no sentido de que o art. 17 da Lei Maria da Penha veda a aplicação de penalidades que, de forma autônoma ou isolada, se limitem ao pagamento de prestação pecuniária, multa ou cestas básicas, aos agentes condenados pela prática de crimes ou contravenções penais que o mencionado diploma legal buscou reprimir, isto é, aqueles praticados em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nessa linha, os seguintes julgados:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA. FIXAÇÃO DE PENA DE MULTA DE FORMA AUTÔNOMA E ISOLADA. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO EXPRESSA DA LEI MARIA DA PENHA. AGRAVO IMPROVIDO.

- 1. O artigo 17 da Lei n. 11.340/2006 expressamente veda a aplicação da multa, de forma autônoma ou isolada, nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Precedentes.*
- 2. "Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, é incabível em crimes ou contravenções penais praticados em contexto de violência doméstica a aplicação de pena de cesta básica ou outra de prestação pecuniária, ainda que os delitos pelos quais o réu haja sido condenado tenham previsão alternativa de pena de multa" (AgRg no REsp 1691667/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 09/08/2018).*
- 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1801196/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/5/2019, DJe 6/6/2019).*

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA. PLEITO DE FIXAÇÃO ISOLADA DE PENA DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. ALEGADA ATIPICIDADE DA CONDUTA. COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA INVIABILIZADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS JULGADOS RECORRIDO E PARADIGMA. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

2. Nos termos do art. 17 da Lei n.º 11.340/2006, não se mostra possível o pagamento isolado de multa nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Precedentes.

3. Ausente a similitude fática entre o acórdão recorrido e o julgado paradigma colacionado, fica inviabilizada a comprovação da divergência jurisprudencial capaz de ensejar a interposição do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1351269/PA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 4/12/2018, DJe 19/12/2018).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA. CONTRAVENÇÃO PENAL. VIAS DE FATO. ISOLADA PENA DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 17 DA LEI N. 11.340/2006. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA. SURSIS. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

2. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, é incabível em crimes ou contravenções penais praticados em contexto de violência doméstica a aplicação de pena de cesta básica ou outra de prestação pecuniária, ainda que os delitos pelos quais o réu haja sido condenado tenham previsão alternativa de pena de multa.

3. A jurisprudência desta Corte é firme em assinalar ser possível a concessão de suspensão condicional da pena aos crimes e às contravenções penais praticados em contexto de violência doméstica, desde que preenchidos os requisitos previstos no art. 77 do Código Penal, nos termos reconhecidos na sentença condenatória restabelecida.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1691667/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 2/8/2018, DJe 9/8/2018). - grifei

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIAS DE FATO NO ÂMBITO DE RELAÇÕES DOMÉSTICAS. APLICAÇÃO DE PENA DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 17 DA LEI 11.340/06. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa - art. 17 da Lei 11.340/2006.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1705399/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe 11/5/2018).

REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AMEAÇA. FIXAÇÃO DE PENA DE MULTA DE FORMA AUTÔNOMA E ISOLADA. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO EXPRESSA DA LEI MARIA DA PENHA. RECURSO IMPROVIDO.

1. O artigo 17 da Lei n. 11.340/06 expressamente veda a aplicação da multa, de forma autônoma ou isolada, nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1645269/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 6/11/2017).

PENAL. RECURSO ESPECIAL. LESÃO CORPORAL NO CONTEXTO DOMÉSTICO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. VIOLÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Embora a Lei n. 11.340/2006 não vede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, **obstando apenas a imposição de prestação pecuniária e o pagamento isolado de multa**, o art. 44, I, do Código Penal proíbe a conversão da pena corporal em restritiva de direitos quando o crime for cometido com violência, conforme ocorreu no caso dos autos.

2. Recurso especial provido. (REsp 1593289/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 16/6/2016, DJe 29/6/2016). - grifei

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. AMEAÇA PRATICADA NO ÂMBITO FAMILIAR. LEI MARIA DA PENHA (LEI N. 11.340/2006). SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS.

Superior Tribunal de Justiça

IMPOSSIBILIDADE (CP, ART. 44, INC. I). AGRAVO DESPROVIDO.

01. Conforme precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte, "não se pode diminuir a abrangência da norma trazida no art. 44, inciso I, do Código Penal, com a finalidade de se contornar a impossibilidade de aplicação da Lei n. 9.099/1995 aos crimes cometidos no âmbito familiar. Com efeito, não obstante a Lei n. 11.340/2006 não vedar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, restringindo apenas a aplicação de pena de prestação pecuniária e o pagamento isolado de multa, o inciso I do art. 44 do Código Penal é claro ao proibir a substituição quando o crime for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa" (AgRg no HC 288.503/MS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 26/08/2014; AgRg no REsp 1.463.031/MS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, julgado em 02/10/2014; RHC 36.539/MS, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 13/05/2014; HC 280.788/RS, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 03/04/2014).

02. Agravo desprovido. (AgRg no HC 293.642/MS, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, julgado em 22/9/2015, DJe 1º/10/2015). - grifei

Assim, a pretensão ministerial merece prosperar, no ponto, devendo ser restabelecida a pena privativa de liberdade, que, em decorrência da alteração, pela Corte de origem, do patamar de incremento da pena intermediária pela aplicação da agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal para 1/6 (um sexto), fica redimensionada para 1 (um) mês e 5 (cinco) dias de detenção.

Nesse contexto, contudo, vislumbro de ofício a ocorrência da prescrição superveniente da pena, uma vez que, em atenção ao art. 109, inciso VI, do CP, tendo a pena sido fixada em patamar inferior a 1 (um) ano, como na espécie, o prazo prescricional é de 3 (três) anos.

In casu, colhe-se dos autos que a publicação da sentença

Superior Tribunal de Justiça

condenatória ocorreu em 23/9/2016 (e-STJ fl. 302), tendo transcorrido, até a presente data, lapso superior a 3 (três) anos, de modo que deve ser reconhecida a extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva, no que tange ao delito do art. 147, do CP, na forma da Lei n. 11.340/2006.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, e no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, e na Súmula n. 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para restabelecer a pena privativa de liberdade, redimensionada para 1 (um) mês e 5 (cinco) dias de detenção e, com fundamento no art. 107, inciso IV, c/c o art. 109, inciso VI, ambos do Código Penal, **reconheço**, de ofício, a prescrição da pretensão punitiva, e **declaro extinta a punibilidade** do recorrido PAULO CESAR DANTAS DA MOTA em relação ao delito previsto no art. 147 do CP, na forma da Lei n. 11.340/2006.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator